

## Artigo

### **Desigualdades, resistências e transformações sociais: perspectivas sobre os desafios contemporâneos**

Sandro Adams\*  
Paola Marlen Chaves Gonçalves\*\*

#### **Resumo**

No primeiro semestre de 2026, a Perspectivas Sociais publica o primeiro número de seu décimo segundo volume em fluxo contínuo, dedicado ao tema *Desigualdades, resistências e transformações sociais: perspectivas sobre os desafios contemporâneos*. Este número reuni vinte e um trabalhos, sendo eles, dezessete artigos, dois ensaios e duas resenhas, oferecendo um panorama consistente de questões centrais que mobilizam o debate sociológico contemporâneo, contemplando tópicos relacionados à educação, às políticas públicas, à saúde, ao trabalho, à cultura, às dinâmicas do capitalismo, às formas de participação social e aos processos de construção de subjetividades. Embora partam de objetos empíricos distintos e de diferentes tradições analíticas, os textos convergem ao evidenciar como as transformações têm aprofundado desigualdades históricas, redefinido os mecanismos de regulação social e produzido novos desafios para a efetivação de direitos e para a consolidação democrática. Ao mesmo tempo, revelam que esses processos são atravessados por conflitos, disputas e práticas de resistência que expressam a capacidade dos sujeitos e coletivos de intervir nas condições sociais que os constituem. Nesse sentido, a presente edição reafirma a relevância das Ciências Sociais como campo de produção de conhecimento crítico, oferecendo interpretações capazes de conectar fenômenos locais e globais, experiências particulares e determinações estruturais, contribuindo para a compreensão das complexas configurações que marcam a sociedade contemporânea.

**Palavras-chave:** Desigualdades. Perspectivas Sociais. Resistências. Transformações sociais.

#### ***Inequalities, resistances, and social transformations: perspectives on contemporary challenges***

#### **Abstract**

In the first half of 2026, Perspectivas Sociais publishes the first issue of its twelfth volume under a continuous publication model, dedicated to the theme *Inequalities, Resistances, and Social Transformations: Perspectives on Contemporary Challenges*. This issue brings together twenty-one contributions, including seventeen articles, two essays, and two book reviews, offering a comprehensive overview of key questions that currently shape sociological debate. The contributions address topics related to education, public policies, health, labor, culture, the dynamics of capitalism, forms of social participation, and processes of subject formation. Although grounded in distinct empirical objects and diverse analytical traditions, the texts converge in highlighting how contemporary transformations have deepened historical inequalities, reconfigured mechanisms of social regulation, and generated new challenges for the realization of rights and the consolidation of democratic institutions. At the same time, they reveal that these processes are permeated by conflicts, disputes, and practices of resistance that express the capacity of individuals and collective actors to intervene in the social conditions that shape their existence. In this regard, the present issue reaffirms the relevance of the Social Sciences as a field of critical knowledge production, offering interpretations capable of connecting local and global phenomena, particular experiences and structural determinations, thereby contributing to a deeper understanding of the complex configurations that characterize contemporary society.

**Keywords:** Inequalities. Perspectivas Sociais. Resistances. Social transformations.

\* Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: [sandroadams@gmail.com](mailto:sandroadams@gmail.com)

\*\* Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: [paola.goncalves@hotmail.com](mailto:paola.goncalves@hotmail.com)

A Revista Discente Perspectivas Sociais, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGS/UFPel), apresenta o primeiro número do seu décimo segundo volume, sob o título *Desigualdades, resistências e transformações sociais: perspectivas sobre os desafios contemporâneos*, reunindo artigos, resenhas e ensaios que abordam diferentes dimensões da realidade social contemporânea, abordando temas como educação, formação social e práticas emancipatórias. Os trabalhos também analisam a atuação do Estado na formulação e implementação de políticas públicas, especialmente no campo da saúde e das desigualdades sociais, além de refletirem sobre as transformações contemporâneas do capitalismo, da cultura e das representações sociais. Reunir tal diversidade de temas e contextos institucionais expressa o compromisso editorial da Revista de compreender criticamente as forças que movem o mundo social, reconhecendo nas contradições do presente as tensões que emergem das pesquisas nas diversas realidades que compõem a sociedade.

Esta edição conta com vinte e um trabalhos, sendo dezessete artigos, dois ensaios e duas resenhas. Estes trabalhos são de pesquisadores/as vinculados/as à diversas instituições universitárias, como a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM), a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), a Universidade Federal do Piauí (UFPI), a Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Universidade Federal do Ceará (UFC), a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a Universidade Federal da Amazônia (UFRA), a Universidade da Amazônia (UNAMA), a Universidade Federal do Tocantins (UFT), a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a Universidade Federal de Sergipe (UFS), a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

A diversidade temática, teórica e institucional que caracteriza esta edição evidencia a pluralidade de perspectivas mobilizadas para compreender os desafios contemporâneos e as múltiplas formas pelas quais as desigualdades, os conflitos e os processos de transformação social se manifestam em diferentes contextos. Embora cada manuscrito apresente objetivos, referenciais analíticos e objetos de investigação próprios, é possível identificar entre eles um conjunto de questões transversais relacionadas às disputas em torno da produção e reprodução da vida social, às formas de resistência frente às diversas expressões de dominação e às possibilidades de construção de alternativas emancipatórias. Nesse sentido, evidenciamos os diálogos e aproximações existentes entre os trabalhos reunidos, construindo uma linha interpretativa capaz de articular seus principais argumentos, sem desconsiderar a singularidade analítica, metodológica e temática que confere originalidade a cada contribuição.

\*\*\*

Iniciamos esta edição com o texto *As experiências educativas na Escola Popular da ocupação urbana Carlos Marighella*. Larissa Miranda Domingos apresenta esta ocupação territorial, situada na cidade de Palhoça (Santa Catarina), evidenciando como a reivindicação pelo direito à moradia mobiliza a atuação dos movimentos sociais urbanos e integra a agenda política e pedagógica da educação popular. A Escola Popular Marighella se destaca por seus projetos de educação para jovens, adultos e ocupantes, que são criados e discutidos em conjunto com os moradores e coordenadores, demonstrando a importância da união das forças sociais para transformar realidades com práticas além do processo de ensino-aprendizagem. Domingos (2026) destaca tanto a perspectiva dos educadores populares sobre os projetos que estão em vigor quanto a percepção dos moradores a respeito do projeto educativo.

A partir dessa experiência de organização coletiva e educação popular, é possível refletir sobre os fundamentos teóricos e políticos que sustentam as práticas educativas. Nesse sentido, Daiany de Oliveira Santos e Allene Carvalho Lage, em seu artigo intitulado *No coração da resistência: a pedagogia como ciência política e emancipadora*, destacam o papel da pedagogia como uma ciência transformadora, sendo uma prática política e cultural capaz de fornecer subsídios

cognitivos para a emancipação social por meio de uma consciência crítica. Para isso, contestam a forma reduzida de tratar a pedagogia como sinônimo de ensinar crianças ou como prática de transmissão de conteúdos escolares, um conjunto de técnicas e práticas vinculadas apenas à sala de aula e à figura do professor. Argumentam que essa visão desconsidera a densidade teórica e as bases interdisciplinares que legitimam a pedagogia como campo científico autônomo. Através de uma discussão teórica com autores clássicos e contemporâneos, Santos e Lage (2026) também defendem a pedagogia como um campo de luta essencial na construção de uma cultura democrática e participativa.

4

A compreensão da pedagogia como prática emancipadora orienta-se pelo enfrentamento das desigualdades que estruturam a sociedade brasileira. Entre esses desafios, destaca-se a incorporação de uma perspectiva crítica sobre as relações étnico-raciais na prática educativa. No trabalho *Questão racial e docência em serviço social: um enfoque pedagógico para um debate urgente*, Doniêgo Ferreira de Lima e Daiane Daine de Oliveira Gomes abordam a docência como uma prática orientada por um compromisso ético voltado à liberdade humana, a ampliação de direitos e à recusa de todas as formas de exploração. Argumentam que a formação e a atuação docente requerem uma análise crítica das relações sociais brasileiras, em consonância com o projeto ético-político da profissão. Considerando a limitada produção teórica sobre a docência no ensino superior em Serviço Social, o estudo propõe uma reflexão acerca da dimensão pedagógica e antirracista da prática docente. Ao reconhecer a questão racial como elemento constitutivo da formação social brasileira, Lima e Gomes (2026) ressaltam a centralidade da compreensão das relações étnico-raciais e das múltiplas manifestações do racismo para a análise da questão social e para a intervenção profissional, defendendo a revisão de práticas pedagógicas para desconstruir estereótipos e enfrentar as desigualdades.

A reflexão sobre a docência crítica não se restringe ao campo da educação ou do Serviço Social, estendendo-se também a áreas tradicionalmente marcadas por uma formação técnico-instrumental, nas quais emerge a necessidade de articular conhecimentos específicos a uma compreensão mais ampla das dinâmicas sociais. Partindo da constatação de que a formação em Contabilidade e Administração tende a ser orientada por perspectivas tecnicistas e demandas de

mercado, frequentemente centradas no domínio de normas, registros contábeis e ferramentas de gestão, Josué de Lima Carvalho, no artigo *Formar habitus crítico: capital social y clásicos de la sociología en la enseñanza de la Contabilidad y Administración*, problematiza a marginalização das dimensões históricas, sociais e políticas que atravessam as práticas profissionais e organizacionais. O estudo reconhece que os espaços acadêmicos e organizacionais constituem campos permeados por disputas de poder e diferentes formas de capital, rejeitando a ideia de neutralidade das práticas profissionais. Nesse sentido, analisa como determinadas escolhas pedagógicas, conteúdos, atividades e relações estabelecidas entre universidade, organizações e território participam da constituição de um habitus profissional crítico, orientado pela perspectiva bourdieusiana do capital social. A partir de uma experiência reflexiva em sua trajetória enquanto docente, Carvalho (2026) sugere um modelo de docência que articule conteúdos técnicos com clássicos da sociologia para desenvolver uma formação crítica no corpo discente.

Ao deslocar o olhar para além dos processos formativos, a edição volta-se para outro eixo fundamental da vida democrática: os mecanismos de participação social na formulação e no acompanhamento das políticas públicas. A ampliação das demandas dirigidas ao Estado após a Segunda Guerra Mundial, quando este passa a assumir responsabilidades relacionadas à garantia de direitos sociais, ganha novo impulso com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que institucionaliza mecanismos de democracia participativa e amplia a inserção da sociedade civil nos conselhos gestores de políticas públicas. Contudo, esses espaços são atravessados por relações de poder, interesses divergentes e limitações institucionais que podem comprometer sua efetividade. É a partir dessa problemática que o artigo *Representatividade, Capacitação e Burocracia: a percepção dos conselheiros sobre a efetividade da participação social nas políticas públicas*, escrito por Érika Lopes Faria, Jussara de Azevedo Pereira e Tassiane Cristina Morais, investiga as percepções de conselheiros das áreas da saúde e da assistência social em um município de pequeno porte do sul do Espírito Santo. A análise indica que a participação social é frequentemente condicionada por dinâmicas políticas locais, nas quais a escolha de representantes pode ocorrer segundo critérios de conveniência da gestão pública, enquanto a sobrecarga de demandas burocráticas tende a enfraquecer o potencial deliberativo e transformador dos conselhos.

A discussão sobre os limites da participação social e da efetivação das políticas públicas encontra continuidade no trabalho *Os desafios na efetivação do direito à saúde no Brasil: as implicações da política de austeridade e do acirramento neoliberal*, de Lyzete Bruna Pereira Freitas, que examina a crise do direito à saúde a partir de uma perspectiva histórica e crítica, compreendendo-a como resultado das disputas em torno do fundo público e do aprofundamento das políticas neoliberais e de austeridade fiscal. O estudo demonstra como o ajuste fiscal permanente e a priorização dos interesses do capital têm comprometido o financiamento e a consolidação do Sistema Único de Saúde, produzindo um processo de transição do subfinanciamento para o desfinanciamento da política de saúde. Com base na análise dos dados orçamentários da União entre 2019 e 2024, a autora evidencia a persistente priorização do pagamento de juros e amortizações da dívida pública em detrimento dos investimentos em saúde. Ao articular as particularidades da realidade brasileira às transformações contemporâneas do neoliberalismo, Freitas (2026) conclui que a efetivação do direito universal à saúde e a retomada dos princípios da Reforma Sanitária dependem do enfrentamento das dinâmicas que subordinam a garantia de direitos sociais às exigências da acumulação capitalista.

Se, por um lado, a austeridade compromete a capacidade do Estado de garantir direitos universais, por outro, seus efeitos tornam-se mais visíveis quando observados nas políticas direcionadas aos segmentos sociais mais vulnerabilizados, especialmente em contextos de ascensão de projetos políticos alinhados ao aprofundamento da agenda neoliberal. Em *A chegada da extrema direita ao Planalto: repercussões nas políticas públicas para as pessoas em situação de rua*, Flávia Lee Cardoso Dias demonstra que ascensão da extrema direita ao Palácio do Planalto intensificou o desmonte do Sistema Único de Assistência Social, processo iniciado no governo Michel Temer (2016-2018) e consolidado com Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) por meio de medidas de austeridade fiscal. O estudo aponta que esse contexto comprometeu a regularidade dos serviços socioassistenciais e a capacidade de planejamento dos gestores municipais, o que acabou resultando em um aumento da população em situação de rua. Dias (2026) conclui que a criminalização do ativismo e o uso de

arquiteturas hostis nos espaços urbanos funcionam como ferramentas de invisibilização da miséria, evidenciando que a garantia da dignidade humana para a população marginalizada passa pelo enfrentamento da racionalidade que submete a cidadania à lógica da acumulação de capital.

As dinâmicas de exclusão e precarização não se restringem ao acesso às políticas sociais, alcançando também os mecanismos institucionais voltados à gestão da juventude em conflito com a lei, onde persistem tensões entre a garantia de direitos e práticas marcadas pela vigilância e pela punição. Ao analisar as nuances da atuação psicológica em unidades de internação em Manaus, Mayara Janaina Silveira Feitoza, Layena Nascimento Corrêa e Mikelen Oliveira de Carvalho, relatam as vivências no Projeto LibertAr-te, uma iniciativa que resgata a subjetividade e o protagonismo de adolescentes em privação de liberdade por meio da arte e da leitura. O artigo *Projeto LibertAr-te: vivências da atuação psicológica com adolescentes em Manaus* demonstra que, embora o marco legal brasileiro atribua às medidas socioeducativas uma função principalmente pedagógica, a realidade institucional é permeada por uma lógica de correção pelo sofrimento e por mecanismos de vigilância que aproximam o sistema socioeducativo do modelo prisional. Diante de um contexto marcado por desigualdades estruturais e pelo recrutamento de jovens pelo narcotráfico na região amazônica, as autoras defendem uma prática psicológica que rompa com padrões positivistas e burocráticos. Para Feitoza, Corrêa e Carvalho (2026), o fortalecimento da autonomia dos adolescentes depende da construção de diálogos horizontais e de uma escuta sensível, capazes de transformar espaços de repressão em ambientes de efetiva promoção de direitos e de reinvenção de trajetórias de vida.

As tensões entre cuidado, controle institucional e garantia de direitos também se manifestam no campo da saúde mental, especialmente quando atravessadas por desigualdades raciais, de gênero e de classe que condicionam o acesso às políticas públicas e os modos de tratamento destinados às populações mais vulnerabilizadas. Letícia Torres de Jesus e Vânia Carvalho Santos, em *Internações psiquiátricas de pessoas alcoolistas em Aracaju: perfil e taxa de óbito*, traçam um perfil epidemiológico marcado pelas desigualdades estruturais, revelando que a maioria dos usuários internados pelo consumo de álcool é

composta por homens negros e adultos, na maioria das vezes hospitalizados em situações de urgência. Argumentam que as diretrizes da Política Nacional sobre Drogas de 2019 sinalizam um processo de contrarreforma psiquiátrica, priorizando a abstinência e o financiamento de comunidades terapêuticas privadas no lugar das estratégias de redução de danos e dos serviços de base comunitária da Rede de Atenção Psicossocial. Nesse cenário de desinvestimento público e de fortalecimento de modelos hospitalocêntricos, as altas taxas de mortalidade no município de Aracaju (Sergipe) evidenciam as fragilidades de um sistema que negligencia as interseccionalidades de raça e gênero. Jesus e Santos (2026) concluem que a garantia da dignidade humana depende da retomada dos princípios da reforma psiquiátrica, de modo que o cuidado em liberdade e o fortalecimento do controle social possam barrar práticas segregacionistas que promovem a mortificação de corpos.

A análise dos processos de desproteção social e das formas de gestão da vida produzidas no contexto contemporâneo remete aos fundamentos estruturais da crise social, política e ecológica, associada à dinâmica de reprodução do capitalismo, ampliando o debate para as dimensões éticas e normativas que orientam as possibilidades de transformação social. Neste sentido, Jessiane Viana de Brito, no artigo *Resistir ao colapso: ética, justiça e crítica ao capitalismo canibal em Nancy Fraser*, articula a ética das virtudes e a crítica ao capitalismo, presente na obra de Nancy Fraser, para argumentar que o desenvolvimento das disposições morais individuais não é suficiente diante de um capitalismo canibal, uma ordem social institucionalizada que desgasta sistematicamente seus próprios sustentos como a natureza, o cuidado e a democracia. A crise ecológica e social contemporânea não acontece por falhas individuais, mas a partir de uma lógica sistêmica predatória que compromete condições dignas de vida ao subordinar a reprodução social à acumulação de capital. Brito (2026) aponta para o ecosocialismo como uma solução para reconstruir as relações sociais e ecológicas, garantindo que o cuidado e a sustentabilidade do planeta prevaleçam sobre a racionalidade mercantil que ameaça a própria habitabilidade do mundo.

As contradições inerentes à dinâmica contemporânea de acumulação capitalista não se restringem aos seus impactos sobre a reprodução social e ecológica, manifestando-se também na reconfiguração das relações econômicas

e políticas internacionais, especialmente em contextos de crise, nos quais emergem estratégias estatais de proteção econômica, controle de fluxos populacionais e redefinição das fronteiras da cooperação global. É neste contexto que Udson dos Santos Silva e Jadson Pessoa da Silva investigam a relação entre crises internacionais e o avanço de políticas protecionistas, demonstrando como o protecionismo ressurgiu não apenas como ferramenta econômica, mas como um quadro discriminatório que afeta dimensões políticas e humanitárias. O artigo *Crises internacionais e protecionismo: quadro discriminatório do novo século* mostra que o protecionismo contemporâneo se manifesta por meio de barreiras não tarifárias e restrições migratórias, muitas vezes apresentadas como forma de preservação de setores estratégicos ou identidades nacionais, mas que acabam gerando práticas de exclusão que aprofundam as desigualdades globais. Para Silva e Silva (2026), existe uma ambivalência do agir estatal, ora faz a abertura necessária à globalização e ora se fecha pelo medo, revelando as contradições do sistema internacional. Assim, romper com o nacionalismo econômico reativo reafirma a prevalência da cooperação internacional sobre as lógicas de segregação e disputa por hegemonia.

As dinâmicas globais de acumulação e exclusão assumem expressões concretas nos territórios nacionais e regionais, onde os processos de expansão capitalista reconfiguram relações de trabalho, formas de ocupação do espaço e condições de reprodução social das populações. O texto *Povoados no município Sítio Novo do Tocantins: agricultores empobrecidos no arranjo do desenvolvimento capitalista do Bico do Papagaio*, escrita por Lucielton Ferreira Cruz e Mariléa Borges de Lima Salvador, investiga a formação sócio-histórica e cultural dos povoados que compõem o município de Sítio Novo do Tocantins, localizado na região do Bico do Papagaio, analisando a trajetória de pequenos agricultores e trabalhadores rurais historicamente identificados como lavradores, colonos ou sertanejos, destacando sua inserção subordinada na dinâmica de expansão do capital, seja por meio da venda da força de trabalho em grandes empreendimentos agrícolas, seja através da agricultura familiar. O artigo demonstra que a constituição desses lugarejos é determinada por dinâmicas econômicas e políticas que transformaram o espaço rural em um campo de exploração da força de trabalho camponesa, fundamental para a

acumulação nos grandes empreendimentos rurais. Dessa forma, Cruz e Salvador (2026) evidenciam que a formação desses agrupamentos rurais expressa as contradições do desenvolvimento regional, marcado simultaneamente pela proletarianização da população camponesa, pela exploração da força de trabalho, por conflitos agrários e pela persistência de identidades socioculturais vinculadas ao mundo rural amazônico.

A análise das formas de exploração produzidas no contexto da expansão capitalista também remete aos processos históricos de organização política das classes trabalhadoras e à circulação transnacional de ideias, projetos e repertórios de ação coletiva que marcaram as disputas em torno da transformação das estruturas sociais ao longo do século XX. O artigo *A Representação da Revolução Russa na imprensa socialista italiana*, escrito por Tarsila Mei Antunes, analisa a perspectiva do Partido Socialista Italiano e a representação da Revolução Russa de 1917 na imprensa socialista italiana, situando-a no contexto de consolidação do movimento socialista em um período de ampliação da participação política e de intensas disputas ideológicas no recém-unificado Reino da Itália. Nesse processo, o jornal *Avanti!*, órgão oficial do partido, desempenhou papel fundamental na construção de uma identidade socialista comum capaz de articular as diferentes realidades sociais e regionais do país, difundindo princípios internacionalistas e promovendo a formação política de operários e camponeses. Os resultados evidenciam que a imprensa socialista não só registrava os acontecimentos, mas construía uma narrativa da revolução como um esforço coletivo das massas, capaz de renovar vocabulários políticos e reforçar identidades partidárias no interior do socialismo europeu. Antunes (2026) destaca como o internacionalismo de classe permitiu interpretar a experiência russa como parte de uma luta global compartilhada, superando interpretações personalistas e contornando a restrição da censura estatal para reafirmar a possibilidade de uma transformação radical das estruturas.

As lutas por transformação social e enfrentamento das estruturas de dominação não se restringem ao campo político, manifestando-se também na produção cultural e literária como formas de resistência, memória e construção de subjetividades. Segundo Mbiavanga Adão Garcia, em *Corpos negros femininos nas literaturas africanas de expressão portuguesa*, as literaturas africanas de língua

portuguesa se consolidam como espaços de reescrita da história, especialmente por meio de vozes femininas que ressignificam as noções de corpo, memória e identidade. O artigo articula aportes das Ciências Sociais para apresentar o conceito de reexistência, compreendido como uma estratégia de afirmação e reconstrução de mundos frente às persistentes marcas da colonialidade e do patriarcado, analisando produções de autoras como Paulina Chiziane, Conceição Lima, Ana Paula Tavares e Yara Monteiro. Por meio de uma perspectiva interseccional, demonstra que essas escritoras não só denunciam violências históricas, como as da escravização, da guerra e da poligamia, mas também constroem uma epistemologia própria, onde o erotismo e a ancestralidade se tornam linguagens de liberdade e conhecimento. Assim, Garcia (2026) argumenta que a escrita feminina africana funciona como um gesto político capaz de deslocar o cânone literário e projetar novos horizontes de cura e afirmação da vida.

Essa articulação entre a agência individual e a memória coletiva, presente nas práticas de reexistência literária, ganha uma fundamentação sociológica no trabalho *Entre o eu e o nós: para uma leitura sobre a formação dos vínculos sociais e da individualização em Norbert Elias*, escrito por Eduardo Antônio Dias Cristino e Nicolas Eduardo Pinheiro de Oliveira. Ao analisar a formação dos vínculos sociais e o processo de individualização, os autores demonstram que a oposição entre indivíduo e sociedade é uma falsa dicotomia, propondo a compreensão dos sujeitos como partes de redes de interdependência ou figurações. O artigo destaca que a constituição do eu está ligada aos processos históricos de sociogênese e psicogênese, nos quais as pressões sociais moldam o *habitus* e transformam coações externas em mecanismos de autorregulação e autocontrole. Ampliando a discussão para as tensões da modernidade, o texto discute as transformações na “balança nós-eu”, evidenciando que o desenvolvimento das sociedades ocidentais fortaleceu a identidade-eu em detrimento da identidade-nós. Segundo Cristino e Oliveira (2026), esse processo de individualização em massa impõe exigências mais rígidas de autodomínio e ponderação na administração das relações, o que muitas vezes acaba resultando em sentimentos de indiferença e sofrimento psíquico. Assim, a compreensão do sujeito contemporâneo parte do reconhecimento de sua natureza processual e relacional, na qual a autonomia individual permanece sempre vinculada à densidade dos laços coletivos que o constituem.

As transformações dos vínculos sociais e dos processos de subjetivação na contemporaneidade permitem uma reflexão sobre os mecanismos simbólicos que orientam a produção de sentidos, a circulação de discursos e a constituição das formas de pertencimento no contexto das sociedades digitais. Partindo da repercussão de discursos performáticos amplamente difundidos nas redes digitais, Wendell Reis analisa as transformações contemporâneas nos processos de produção de sentido e na relação entre linguagem, crença e realidade. No artigo *Entre o real e o engajamento: a crise da mediação na era algorítmica*, Reis (2026) propõe o conceito de necrose do signo para descrever uma inflexão semiótica caracterizada pela degeneração da função mediadora da linguagem em contextos nos quais os signos continuam a circular intensamente, mas passam a operar em circuitos autorreferentes de afecção, repetição e engajamento algorítmico. Nessa dinâmica, os discursos deixam de se orientar prioritariamente pela correspondência com o real e pela possibilidade de revisão crítica das crenças, passando a funcionar como mecanismos de captura afetiva, mobilização e pertencimento coletivo. A análise sustenta que a proliferação de enunciados pouco permeáveis à refutação não decorre apenas da disseminação de informações falsas, mas da consolidação de sistemas semióticos que enfraquecem a abertura à alteridade do objeto e favorecem formas imanentes de validação discursiva. Para compreender esse fenômeno, o estudo recorre ao pragmatismo de Charles Sanders Peirce, concebido como uma ética da investigação, defendendo que a reconstrução da função pública da linguagem depende da retomada de práticas coletivas de inquirição capazes de restabelecer a mediação simbólica, a escuta crítica e a abertura ao real em sociedades marcadas pela intensificação dos afetos e pela lógica algorítmica.

No contexto da sociedade digital, as plataformas de comunicação também reconfiguram formas de sociabilidade, autoridade e exercício do poder, constituindo novos espaços de disputa. A partir da compreensão de que as dinâmicas do crime organizado contemporâneo extrapolam os limites territoriais e incorporam de forma estratégica os ambientes digitais, o artigo *As estratégias do Primeiro Comando da Capital na realidade virtual: crime, ordem e governança criminal na era digital*, escrito por Eduardo Armando Medina Dyna, investiga como o PCC utiliza as tecnologias de informação e comunicação

para produzir formas de ordenamento social e governança criminal. Partindo da hipótese de que o uso das redes sociais não se restringe à comunicação interna ou à exposição de práticas ilícitas, mas constitui um mecanismo de exercício de poder, o estudo analisa as finalidades e os modos pelos quais a facção instrumentaliza plataformas digitais para difundir normas, comunicar decisões, gerir conflitos, reforçar identidades coletivas e ampliar sua capacidade de controle social. Através de uma etnografia digital, o autor demonstra como o PCC utiliza plataformas como o *TikTok*, *X* e *Telegram* para difundir sua ordem e gerenciar sua imagem, exemplificando essa dinâmica com a proibição de manobras de motos em comunidades paulistas. Assim, Dyna (2026) argumenta que o PCC se estabelece como um player complexo na era algorítmica, uma governança criminal híbrida, convertendo a cultura digital em um novo campo de soberania onde a ética do crime é reafirmada para além dos muros prisionais, preenchendo lacunas de mediação estatal por meio de um controle territorial e virtual de maneira simultânea.

Mobilizando os debates acumulados ao longo desta edição em torno das relações entre as desigualdades e as múltiplas formas de resistência, a seção de ensaios retoma questões acerca da liberdade, da dignidade humana e das possibilidades de transformação social. Tomando a cultura como categoria central de análise, Lucas Gabriel Saconato Maldonado examina o pensamento de Rudolf Rocker a partir da compreensão de que a cultura constitui a dimensão fundante da existência humana, sendo inseparável dos processos históricos de formação social. No texto *O pensamento anarquista de Rudolf Rocker: a cultura do iluminismo e a noção de poder*, Maldonado (2026) demonstra como Rocker contrapõe a cultura antiga, associada à pluralidade e à autonomia presentes no mundo grego, à cultura moderna, vinculada ao legado do Iluminismo, desenvolvendo uma interpretação da história orientada pela tensão entre liberdade e autoridade. A partir dessa dicotomia, o ensaio investiga a noção de poder em Rocker, articulando diferentes autores e tradições filosóficas para sustentar a hipótese de que a dinâmica histórica das sociedades pode ser compreendida pelo conflito permanente entre forças emancipadoras, associadas à criatividade cultural e à liberdade humana, e estruturas de dominação, fundamentadas na autoridade política e institucional.

Se o primeiro ensaio problematiza as condições históricas e culturais da liberdade frente às estruturas de poder, o trabalho seguinte desloca essa reflexão para o campo dos direitos humanos, discutindo os desafios para a universalização da dignidade e da cidadania em sociedades marcadas por profundas desigualdades. Em *Declaração Universal dos Direitos Humanos: história, significado e desafios*, Jessica Gebiluka Machado, Gislaine Gebiluka e Rita de cássia da Silva Oliveira resgatam a trajetória histórica desse marco normativo na consolidação da dignidade humana como princípio universal, situando sua formulação em uma trajetória histórica influenciada por documentos fundamentais da modernidade política. Ao destacar a abrangência dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais consagrados pela Declaração, Machado, Gebiluka e Oliveira (2026) problematizam os limites de sua efetivação, evidenciando que as desigualdades educacionais e a complexidade da linguagem jurídica e institucional podem restringir o acesso, a compreensão e a apropriação desses direitos por amplos segmentos da população. Nesse sentido, argumenta que a universalização dos direitos humanos depende da criação de condições sociais e educacionais que possibilitem seu reconhecimento, exercício e reivindicação.

Complementando os debates apresentados nesta edição, duas resenhas dialogam com algumas das principais contradições estruturais da contemporaneidade, especialmente aquelas relacionadas à crise ecológica e às condições de reprodução da vida social na invisibilidade do trabalho de cuidado. Na resenha da obra *Capital fóssil: a ascensão do motor a vapor e as raízes do aquecimento global*, de Andreas Malm, Aline Sampaio Rodrigues Schmidt (2026) recupera o processo histórico de constituição da economia baseada em combustíveis fósseis, evidenciando que a adoção do motor a vapor durante a Revolução Industrial não decorreu de uma evolução tecnológica inevitável, mas de uma escolha política e econômica vinculada às estratégias de controle da força de trabalho e de ampliação da acumulação capitalista. A análise destaca a dimensão histórica e social da crise climática contemporânea, demonstrando como a consolidação do capitalismo industrial esteve diretamente associada à intensificação da exploração dos recursos naturais e à produção das bases estruturais do aquecimento global.

Por fim, na resenha da obra *Reconfigurações nas agendas de cuidados? Um estudo comparado entre Argentina e Brasil*, de Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo, Gabriela Pecantet Siqueira (2026) analisa comparativamente as políticas e agendas de cuidado nos dois países, evidenciando como a pandemia de Covid-19 aprofundou desigualdades de gênero, raça e classe ao intensificar a sobrecarga de atividades de cuidado historicamente atribuídas às mulheres e frequentemente invisibilizadas pelas políticas públicas e pelos sistemas econômicos. A crise sanitária expôs os limites dos modelos de proteção social vigentes e reforçou a centralidade do trabalho de cuidado para a reprodução da vida, ao mesmo tempo em que evidenciou sua distribuição desigual. Ao articularem a crítica à exploração predatória da natureza e à exaustão das capacidades de reprodução social, estas contribuições finais reforçam o compromisso desta edição em pensar a justiça para além do mercado, nos fazendo pensar no cuidado e na sustentabilidade como pilares fundamentais da vida coletiva.

\*\*\*

Com vinte e um trabalhos, sendo dezessete artigos, dois ensaios e duas resenhas, a *Perspectivas Sociais*, Revista discente vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGS/UFPel), reafirma seu papel como espaço de diálogo entre diversas instituições e tradições teóricas, valorizando a produção científica que contribui para o debate sobre as desigualdades e as múltiplas formas de resistência nas incessantes transformações sociais. Desejamos a todas e todos uma excelente leitura.

**Sandro Adams** é doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGS/UFPel). Graduado em Filosofia pelo Instituto Superior de Filosofia Berthier (IFIBE).

Contato: [sandroadams@gmail.com](mailto:sandroadams@gmail.com)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4663997050702569>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2045-1648>

**Paola Marlen Chaves Gonçalves** é doutoranda e mestra em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGS/UFPel). Graduada em Ciências Sociais pela UFPel.

**Contato:** [paola.goncalves@hotmail.com](mailto:paola.goncalves@hotmail.com)

**Lattes:** <https://lattes.cnpq.br/8721869210737760>

**ORCID:** <https://orcid.org/0009-0006-7784-756X>

Como citar este texto: ADAMS, Sandro; GONÇALVES, Paola Marlen Chaves. Desigualdades, resistências e transformações sociais: perspectivas sobre os desafios contemporâneos. **Perspectivas Sociais**, vol. 12, n. 01, e1231723, 2026.

## Referências bibliográficas

ANTUNES, Tarsila Mei. A representação da Revolução Russa na imprensa socialista italiana. **Perspectivas Sociais**, vol. 12, n. 01, e1229395, 2026.

BRITO, Jessiane Viana de. Resistir ao colapso: Ética, justiça e crítica ao capitalismo canibal em Nancy Fraser. **Perspectivas Sociais**, vol. 12, n. 01, e1229301, 2026.

CARVALHO, Josué de Lima. Formar habitus crítico: capital social y clásicos de la Sociología en la enseñanza de Contabilidad y Administración. **Perspectivas Sociais**, vol. 12, n. 01, e1230625, 2026.

CRISTINO, Eduardo Antônio Dias; OLIVEIRA, Nicolas Eduardo Pinheiro de Oliveira. Entre o eu e o nós: para uma leitura sobre a formação dos vínculos sociais e da individualização em Norbert Elias. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 12, n. 01, e1229382, 2026.

17

CRUZ, Lucielton Ferreira; SALVADOR, Mariléa Borges de Lima. Povoados do norte do Tocantins: proletarização de agricultores no arranjo do desenvolvimento capitalista. **Perspectivas Sociais**, vol. 12, n. 01, e1229404, 2026.

DIAS, Flávia Lee Cardoso. A chegada da extrema direita ao Planalto: Repercussões nas políticas públicas para as pessoas em situação de rua. **Perspectivas Sociais**, vol. 12, n. 01, e1229361, 2026.

DOMINGOS, Larissa Miranda. As experiências educativas na Escola Popular da ocupação urbana Carlos Marighella. **Perspectivas Sociais**, vol. 12, n. 01, e1229313, 2026.

DYNA, Eduardo Armando Medina. As estratégias do Primeiro Comando da Capital (PCC) na realidade virtual: Crime, ordem e governança criminal na era digital. **Perspectivas Sociais**, vol. 12, n. 01, e1229347, 2026.

FARIA, Érika Lopes; PEREIRA, Jussara de Azevedo; MORAIS, Tassiane Cristina. Representatividade, Capacitação e Burocracia: a Percepção dos Conselheiros sobre a Efetividade da Participação Social nas Políticas Públicas. **Perspectivas Sociais**, vol. 12, n. 01, e1229370, 2026.

FEITOZA; Mayara Janaina Silveira; CORRÊA, Layena Nascimento; CARVALHO, Mikelen Oliveira de. Projeto LibertAr-te: vivências da atuação psicológica com adolescentes em Manaus. **Perspectivas Sociais**, vol. 12, n. 01, e1229360, 2026.

FREITAS, Lyzete Bruna Pereira. Os desafios na efetivação do direito à saúde no Brasil: as implicações da política de austeridade e do acirramento neoliberal. **Perspectivas Sociais**, vol. 12, n. 01, e1229376, 2026.

GARCIA, Mbiavanga Adão Garcia. Corpos negros femininos nas literaturas africanas de língua portuguesa. **Perspectivas Sociais**, vol. 12, n. 01, e1229689, 2026.

JESUS, Letícia Torres de; SANTOS, Vânia Carvalho. Internações psiquiátricas de pessoas alcoolistas em Aracaju: perfil e taxa de óbito. **Perspectivas Sociais**, vol. 12, n. 01, e1229277, 2026.

LIMA, Doniêgo Ferreira de; GOMES, Daiane Daine de Oliveira. Questão racial e docência em serviço social: um enfoque pedagógico para um debate urgente. **Perspectivas Sociais**, vol. 12, n. 01, e1229379, 2026

MACHADO, Jessica Gebiluka; GEBILUKA, Gislaine; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. Diálogo inicial sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos: História, Significado e Desafios. **Perspectivas Sociais**, vol. 12, n. 01, e1229388, 2026.

MALDONADO, Lucas Gabriel Saconato. O pensamento anarquista de Rudolf Rocker: a cultura do Iluminismo e a noção de poder. **Perspectivas Sociais**, vol. 12, n. 01, e1229212, 2026.

REIS, Wendell. Entre o real e o engajamento: a crise da mediação na era algorítmica. **Perspectivas Sociais**, vol. 12, n. 01, e1229372, 2026.

SANTOS, Daiany de Oliveira; LAGE, Allene Carvalho. No Coração da Resistência: A Pedagogia como Ciência Política e Emancipadora. **Perspectivas Sociais**, vol. 12, n. 01, e1229323, 2026.

18

SCHMIDT, Aline Sampaio Rodrigues. Capital Fóssil. **Perspectivas Sociais**, vol. 12, n. 01, e1229357, 2026.

SILVA, Udson dos Santos; DA SILVA, Jadson Pessoa da Silva. Crises internacionais e protecionismo: quadro discriminatório do novo século. **Perspectivas Sociais**, vol. 12, n. 01, e1230618, 2026.

SIQUEIRA, Gabriela Pecantet. Cuidado em tempos de crise: entre o reconhecimento social e a sobrecarga. **Perspectivas Sociais**, vol. 12, n. 01, e1230172, 2026.